

# Temida uma recessão maior do que a atual

Mais do que a última reunião do Conselho Monetário Nacional, classificada de rotineira e sem decisão inovadora, o grande debate entre os empresários paulistas, que almoçaram ontem no Clube Paineiras com o presidente Figueiredo, foi em torno das medidas que deverão ser tomadas, no máximo dentro de 15 dias. Sem querer opinar sobre quais as medidas a ser adotadas, mas lembrando que deverão ter grande repercussão, Olavo Setúbal disse que elas objetivam reduzir o déficit das estatais, o déficit público e melhorar a operação do governo para que o setor privado possa expandir sua atividade e gerar emprego. "O Brasil não pode continuar com um déficit público financiado por emissão de moeda ou leilão de ORTN", comentou.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho também acha que o essencial é reduzir o déficit público, pelo que vem lutando com a mesma intensidade que a verdadeira batalha para queda dos juros. Ele salientou, porém, que essa redução deve ser feita por meio de cortes no custeio e não no investimento, porque esse já foi totalmente cortado.

Já para o presidente do Sindipeças, Pedro Ebehardt, as medidas que estão por vir provocarão uma recessão ainda maior do que a atual.

A redução dos subsídios, que segundo Vidigal deverá atingir o petróleo e trigo, para Ebehardt provocará uma reação negativa em cadeia, porque refletindo, por exemplo, no setor petroquímico afetará os que dependem dele. A lei salarial também representará 10% a mais do que se paga hoje e ele não acredita que possa aumentar o poder de compra.

Outra preocupação dos empresários é com a dívida externa. A questão de moratória, para Olavo Setúbal, é apenas de semântica: "Como sou homem de formação técnica acho que o Brasil está atrasando seus pagamentos, mas os gramáticos é que devem definir se isso é moratória". O atraso, segundo ele, é decorrência da falta de recursos em moeda forte, mas pode levar a um "aumento do descrédito brasileiro no Exterior", tornando difícil mesmo as negociações bancárias dia a dia. Nesse sentido, concluiu que o Projeto 4 já está inviável, e para Vidigal ele já nasceu morto, devendo agora serem ampliados os recursos dos Projetos 1 e 2.